

# Guerra aberta na Câmara de Ponta Delgada

## Pedro Cabral ameaça enviar Projecto do Mercado da Graça para o Ministério Público

O Presidente da Câmara de Ponta Delgada, Pedro Nascimento Cabral (PSD), diz que vai enviar para o Ministério Público o projecto relativo à requalificação do Mercado da Graça, para apurar eventuais responsabilidades ou gestão danosa do anterior Executivo, também social-democrata.

Pedro Cabral, que falava Terça-feira numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Ponta Delgada solicitada pela oposição socialista, afirmou que o processo vai ser também enviado à Inspecção Regional Administrativa e da Transparência e ao Tribunal de Contas.

A anteceder o anúncio do Presidente do município, a anterior autarca de Ponta Delgada, e actual Presidente da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, Maria José Duarte, social-democrata, manifestou “repúdio absoluto” pelas palavras públicas relativas ao projecto relativo ao Mercado da Graça do actual Presidente, responsabilizando-o.

Recentemente, a Câmara de Ponta Delgada anunciou a suspensão da obra de requalificação da cobertura do Mercado da Graça “por motivos de segurança”, devido à inexistência de projecto contra incêndios, e que ia abrir um processo de averiguações.

A maior autarquia da ilha de São Miguel referia ainda que o projecto foi “da autoria e [foi] iniciado” pelo anterior Executivo (também do PSD).

Na sua declaração na Assembleia Municipal extraordinária, Maria José Duarte considerou que as palavras de Pedro Nascimento Cabral “não correspondem à verdade”, ferindo a sua “honra e integridade”.



A ex-autarca salvaguardou que o actual autarca “teve acesso aos factos e presidiu” a duas reuniões em que ambos estiveram presentes, a 13 e 14 de Julho, sobre esta matéria.

A anterior Presidente referiu que ficou demonstrado “de forma clara e inequívoca” que o seu Executivo, antes destas reuniões, não tinha “tido conhecimento que o projecto de segurança contra incêndios não estava totalmente em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis”.

Pedro Cabral considerou que “não se pode branquear o que está em causa ao abrigo de um qualquer suposto interesse ou lealdade partidária”,



salvaguardando que “o que se passa nesse processo é de uma grande gravidade”.

O actual Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, aludindo às reuniões apontadas por Maria José Duarte, considerou que a conversa tida, na altura, “foi um poço de contradições” da anterior autarca e da vereadora Alexandra Viveiros, que afirmavam que “não sabiam de nada”.

Pedro Nascimento Cabral referiu que o projecto de aprovação da empreitada do Mercado da Graça, da responsabilidade do anterior Executivo, de 14 de Dezembro de 2020, “contém um anexo a dizer que este não tem o sistema de segurança contra incên-

dios” e “não foi ao Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores para a respetiva validação”.

O autarca ressaltou que o contrato de empreitada foi assinado “três dias antes das eleições autárquicas (23 de Setembro de 2021), tendo considerado que devido a “pura negligência” o projecto agora terá que ser revisto para contemplar o sistema de incêndios, um processo que se estima que irá custar 500 mil euros e durará um período de cinco meses.

Pedro Cabral considerou, por outro lado, que a oposição socialista “ficou aquém do que era desejado e exigido”, uma vez que “ninguém pediu cópia do processo, vindo falar de cor”, tendo subscrito a proposta de uma comissão de inquérito para debater o projecto relativo ao Mercado da Graça.

O deputado municipal socialista José San-Bento considerou que se está perante um processo de “desresponsabilização e incompetência na gestão deste dossiê”, da “maior gravidade, com prejuízo do município”, e perante uma “balbúrdia de mentiras”.

“Estamos perante um Presidente trumpista, que inventa factos e foge a responsabilidades”, afirmou o deputado.

A deputada municipal da IL/Açores, Alexandra Cunha, que já tinha proposto uma comissão inquérito ao tema, considerou que a Assembleia Municipal extraordinária “não foi esclarecedora” e que as acusações entre ambos os autarcas do PSD de Ponta Delgada são “demasiado graves”, sendo por isso necessário “apurar responsabilidades”.

# Sofia Ribeiro anuncia ensino bilingue nas escolas açorianas

A Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais anunciou o início de um projecto do ensino Bilingue para as escolas da Região, já a partir do próximo ano lectivo, dando cumprimento ao Programa do XIII Governo dos Açores.

De acordo com Sofia Ribeiro, durante o ano 2022/2023, “uma equipa de docentes e técnicos vai desenhar um programa de ensino bilingue de português e inglês”, para ser implementado “de forma faseada, desde o 1.º ano de escolaridade”.

O projecto inclui ainda a “formação dos professores interessados”, para fazer a implementação do programa a partir do ano



2023/2024.

A titular da pasta da Educação explicou que o projecto vai iniciar-se nas disciplinas “que impliquem mais movimento”, como as de ex-

pressão plástica, motora, dramática e musical e depois, “gradualmente, à medida que os alunos vão avançando no seu ciclo de ensino”, o ensino bilingue será introduzido “com maior grau de exigência nas outras disciplinas”.

“Vários estudos demonstraram que o ensino bilingue é uma das formas mais eficazes de aprender uma língua estrangeira, para além de proporcionar melhorias na comunicação e na concentração dos alunos”, referiu.

Segundo a governante, este projecto já estava a ser implementado pelo Ministério da Educação há vários anos e “os Açores não tinham qualquer escola a aderir”.

“Faz todo o sentido termos um

desenho próprio, até de acordo com as nossas especificidades, respeitando a autonomia das nossas unidades orgânicas”, acrescentou ainda.

Para Sofia Ribeiro, “num mundo cada vez mais global”, garantir a proficiência do ensino de uma língua estrangeira “é cada vez mais uma obrigação”, quando se está “a gerir um sistema educativo”.

“A mobilidade é cada vez mais facilitada, os nossos alunos são atirados para um mercado de trabalho que é cada vez mais global e, portanto, faz todo o sentido potenciarmos o início da aprendizagem de uma língua estrangeira nas idades mais precoces”, salientou.